

PROGRAMA PRELIMINAR



Concurso Público de Conceção para a Elaboração do Projeto de Arquitetura e Especialidades para a Requalificação da Escola Secundária de São João do Estoril

ÍNDICE

1. PREÂMBULO	2
2. SÍNTESE HISTÓRICA DO LOCAL	3
3. ÁREA DE INTERVENÇÃO	4
4. OBJETIVOS	6
5. PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO	8
6. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO	11
7. CONDICIONANTES	19
8. CUSTO DE OBRA	19
9. ANEXOS AO PROGRAMA PRELIMINAR	19

1. PREÂMBULO

O concurso público de conceção para a elaboração do Projeto de Arquitetura e Especialidades para a Requalificação da Escola Secundária de São João do Estoril é uma iniciativa do Município de Cascais.

As escolas devem ser um elemento estratégico na construção de uma cultura de aquisição e de divulgação de conhecimento e é importante recentrá-las nas cidades. Devem ainda constituir-se como um espaço integrado de incentivo à aprendizagem ao longo da vida, suportado em ambientes adequados, confortáveis e estimulantes, que favoreçam atitudes, comportamentos e desempenho educativo daqueles que o utilizam (alunos, docentes, funcionários e encarregados de educação), promovendo e influenciando o diálogo e a comunicação entre todos.

Face à contínua degradação do edificado, sem que houvesse perspetiva de investimento por parte do Ministério da Educação, entidade que tem a responsabilidade dos estabelecimentos escolares do ensino secundário, o Município de Cascais, no âmbito da Carta Educativa do Concelho de Cascais aprovada em 2018, iniciou um processo negocial com aquele Ministério para celebrar um Acordo global de requalificação dos estabelecimentos de ensino básico (2º/3º ciclo) e secundário do concelho. Este Acordo foi celebrado em 19 de julho de 2019, com um investimento municipal total estimado de 40 milhões de euros na requalificação de 11 estabelecimentos de ensino.

Em 2020, o Município de Cascais continua a dar resposta na resolução deste problema. Para além de uma construção renovada, pretende-se um programa educativo contemporâneo com as respetivas valências, bem como uma alteração de programa funcional em vários estabelecimentos.

A requalificação da escola deverá obedecer aos princípios e objetivos definidos pela política educativa, refletida na conceção e na implantação da rede de estabelecimentos de educação e ensino.

A nova construção deve constituir-se como elemento estruturante do espaço público envolvente, com uma imagem arquitetónica bem identificada e que alcance um impacto público positivo.

Conhecedor desta realidade, o Município de Cascais, propõe-se desenvolver um concurso público de conceção para a elaboração do Projeto de Arquitetura e Especialidades para a Requalificação da Escola Secundária de São João do Estoril.

2. SÍNTESE HISTÓRICA DO LOCAL

A Escola Secundária S. João do Estoril, inaugurada em 1968 como Liceu Nacional de Cascais, foi a primeira escola pública do ensino secundário do concelho de Cascais.

Com projeto de Augusto Brandão (1930/2018), o espaço tinha como características fundamentais estar perto da estação do comboio, para garantir a acessibilidade, e registar três hectares disponíveis com 5 500m² para edificações.

A escola possuía um núcleo central para os serviços e quatro corpos dispostos radialmente separando os três ciclos de ensino.

Não havia ajardinamento ou arborização convenientes nos primeiros anos e a escola criou um projeto para os alunos: plantação de árvores no perímetro escolar com uma “madrinha” e um “padrinho”, alunos, que as plantariam.

Durante um período de anos por confirmar, a escola manteve um intercâmbio com escolas de outros países europeus para proporcionarem visitas de estudo e experiências no estrangeiro. Os estudantes dormiam em casa de estudantes das outras escolas, tal como os estrangeiros que nos visitaram foram alojados em casa de famílias portuguesas com filhos no programa.

Esta Escola é uma referência a nível nacional, com uma procura superior à oferta por parte dos alunos de todo o concelho. Para além do prestígio e qualidade de ensino, a proximidade da estação de comboio é também um fator a ter em conta.

Desde 2018 é ainda sede na área do município de Cascais do Centro Qualifica, centro especializado em qualificação de adultos que tem como objetivo melhorar os níveis de qualificação da população e de empregabilidade dos indivíduos, tendo como premissa premissas fundamental a valorização das aprendizagens adquiridas pelos adultos ao longo da vida e a possibilidade efetiva de aumentarem e desenvolverem competências através da realização de formação qualificada.

A localização da Escola no espaço urbano, próximo de interfaces de transportes públicos, ferroviários e rodoviários, confere-lhe uma importância acrescida como equipamento de utilização comunitária, que ultrapassa a função educativa.

O edificado tem recebido ao longo dos tempos algumas obras de beneficiação e manutenção. Em 2018, a Câmara Municipal de Cascais financiou obras de manutenção interior (pinturas e reparação de infiltrações de coberturas) e a pintura exterior do edifício e da vedação.

3. ÁREA DE INTERVENÇÃO



Imagem 1: Localização da área de intervenção, escala territorial (ortofotomapa)

A área de intervenção encontra-se situada no Estoril, União das Freguesias de Cascais e Estoril do Concelho de Cascais. Esta freguesia conta com 29,16 km² de área e 61 808 habitantes (2011).

A área de intervenção está inserida numa parcela de terreno com cerca de 27.600 m².



Imagem 2: Localização da área de intervenção com limite do equipamento, escala urbana (ortofotomapa).

Segundo a classificação e qualificação do solo do PDM, a área de intervenção situa-se em Solo Urbanizado, Espaço de Equipamento.

3.1 Acessos

A rede viária local tem como eixo principal a Avenida Mariano Cyrillo de Carvalho, a partir da qual se liga a Rua Brito Camacho onde se localiza a entrada principal da Escola Secundária de São João do Estoril.

A Avenida Mariano Cyrillo de Carvalho é servida por transportes públicos rodoviários e inclui um ponto de paragem em cada sentido viário. A estação de S. João do Estoril, situada uns metros a sul da área de intervenção, corresponde a um ponto de ligação ferroviária Cascais-Lisboa. Pretende-se incentivar acessos pedonais, cicláveis e de transporte público (autocarro ou comboio).



Imagem 3: Hierarquia viária local. (nível 1 - vermelho; nível 2 - laranja; nível 3 - verde)

3.2 Topografia e vistas

A área de intervenção do projeto apresenta uma variação topográfica muito ténue, com uma variação aproximada de 3m. No que diz respeito a vistas, o lado sul e poente é constituído por uma malha urbana muito densa, prédios com 4 e 5 pisos, que contribuem para uma frente de rua ativa.

O lado norte é composto por moradias de 2 e 3 pisos.

O lado nascente integra o parque da Quinta da Carreira que apresenta uma malha verde densa.

4. OBJETIVOS

Os principais objetivos para a elaboração do projeto, para além de desempenhar as suas funções específicas, são:

4.1 Inovação e identidade arquitetónica

Propor uma linguagem arquitetónica que interligue o carácter do lugar com uma visão contemporânea da aprendizagem:

- Criar uma identidade arquitetónica inovadora que reforce a memória da centralidade deste lugar, através da conceção de um edifício vocacionado para um forte sentido público, ancorado na presença do parque verde da quinta da carreira e projetado para uma forte presença urbana;
- Interpretar a escola atual como pré-existência e ponto de partida do projeto;
- Considerar a hipótese de alterar as fachadas pontualmente, abertura de novos vãos ou alteração de vãos existentes, se essa alteração valorizar o projeto;
- Propor espacialidades e ambientes para o que podem ser espaços de aprendizagem no século XXI, potenciando igualmente modalidades de aprendizagem ao longo da vida, em contextos e projetos de educação formal e não formal.

4.2 Integração na envolvente

Integrar um equipamento de educação de proximidade ao serviço da área envolvente, qualificando vistas, percursos de diferentes escalas e zonas de permanência no espaço público:

- Potenciar o sentido público deste edifício, através de uma presença urbana qualificada e de uma relação franca do edifício com as vistas de aproximação ao lugar;
- Relacionar percursos pedonais existentes e também propostos com toda a envolvente;
- Contribuir para um equilíbrio entre as diferentes escalas das construções envolventes;
- Maximizar a relação do novo edificado com o parque adjacente à área de intervenção, tirando partido das vistas e da sua presença visual nos espaços interiores do edifício, bem como possíveis áreas de permanência no exterior;
- Maximizar o aproveitamento e manutenção das pré-existências arbóreas presentes em toda a área de intervenção.

4.3 Adequabilidade ao programa funcional

Definir uma solução com resposta eficiente ao programa preliminar, com clareza e funcionalidade na articulação dos vários espaços, interiores e exteriores:

- Otimização dos espaços de circulação no interior do edifício;
- Eficiente divisão de percursos para acesso dos vários utilizadores, sem perder o sentido de integração que se pretende;
- Boa articulação do projeto, com autonomia funcional da escola existente;
- Capacidade de flexibilidade dos espaços de permanência (ex: salas de aula, gabinetes) durante o horizonte de vida do edifício (por exemplo através de soluções racionalizadas de traçados de infraestruturas e sistemas construtivos de compartimentação interior que comportem com facilidade variações espaciais);
- Possibilidade de incluir espaços escolares também vocacionados para a comunidade (biblioteca, artes performativas, artes visuais, desporto, recreio) em períodos específicos, sem perda do sentido escolar durante o funcionamento regular.

4.4 Exequibilidade técnica e sustentabilidade da proposta

Aplicar soluções construtivas e técnicas que apresentem boa exequibilidade e execução eficiente dentro dos prazos definidos, bem como uma relação vantajosa entre o custo da intervenção e as soluções de eficiência energética e sustentabilidade propostas:

- Incorporar estratégias de sustentabilidade, de modo a reforçar os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável do concelho;
- Capacidade de obter certificação de sustentabilidade através de sistemas reconhecidos internacionalmente (âmbitos: projeto, construção e manutenção);
- Aplicar soluções ligadas à sustentabilidade, passíveis de ser mensuradas em sistemas de certificação de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente, compatíveis com os objetivos gerais de projeto;
- Utilizar estratégias passivas de conforto ambiental reduzindo gastos energéticos e garantindo a certificação energética Classe A para o(s) edifício(s);
- Privilegiar um sistema construtivo composto por materiais locais, de reduzida pegada ambiental e um ciclo de vida com durabilidade e manutenção eficientes;
- Aplicar soluções de uso eficiente de água;
- Aproveitamento de luz e ventilação natural;

- Minimizar a sobreposição entre a implantação do novo edifício e a implantação atual do corpo edificado da escola, de modo a privilegiar a continuidade do funcionamento escolar ao longo da obra;
- Otimização e eficiência do projeto em função do limite orçamental definido.

5. PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Este capítulo reúne orientações ao projeto de carácter conceptual.

O projeto deverá basear-se em 3 conceitos fundamentais:

- **SIMPLICIDADE**
- **FLEXIBILIDADE**
- **FUNCIONALIDADE**

As condições físicas influenciam e condicionam comportamentos e, por este motivo, devem ser exaustivamente refletidas e projetadas no sentido da otimização da aprendizagem ao longo da vida e de qualidade para todos, perspetivando a inclusão, a adaptabilidade e o sucesso.

Os novos volumes, ou ampliação do existente, devem assegurar a eficácia física e funcional do edificado, garantindo em cada momento a capacidade de adequação ao projeto educativo específico, promovendo:

- Espaços atrativos, capazes de proporcionar bem-estar e de garantir boas condições físico-construtivas para uma aprendizagem dinâmica;
- Espaços flexíveis, capazes de se adaptarem de forma célere, imediata e a custos mínimos, à evolução dos currículos, das solicitações do tempo e das comunidades e das tecnologias;
- Espaços multifuncionais, capazes de possibilitar uma utilização diversificada e alargada à comunidade;
- Espaços seguros, acessíveis e inclusivos onde todos os cidadãos acedam com facilidade, independentemente de mobilidade condicionada ou de necessidades educativas especiais;
- Soluções espaciais, construtivas e ambientais duradouras, que garantam o baixo custo de gestão e manutenção e aumentem o ciclo de vida das construções.

5.1. Modelo conceptual

O modelo concetual resulta da materialização deste conceito que define a escola como um espaço de incentivo à aprendizagem, associado às características e condicionantes do espaço disponível e da envolvente, e ainda, à necessidade de assegurar outras condições como:

- Implementação de um modelo sustentável que permita uma gestão mais eficiente dos recursos económicos, sociais e ambientais;
- Possibilidade de abertura de alguns setores à comunidade exterior;
- Construção, autónoma ou com a comunidade, de contextos de educação formal e não formal, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, perspetivando a existência de ambientes adequados e organizados para responder aos grupos que manifestem a sua vontade pessoal de alargar o seu repertório de competências pessoais, sociais e emocionais, correspondentes às exigências contemporâneas da sociedade e mercado de trabalho.
- Capacidade de se adaptar a estudos de viabilidade técnico-financeira para implementação de sistemas de eficiência hídrica nas escolas (em curso por equipas externas contratadas pela CMC).

5.2. Níveis de hierarquização funcional

Este modelo está organizado em três níveis de hierarquização (correspondentes às condições de acesso permitidas à comunidade escolar) que agregam em si áreas funcionais interligadas através de um sistema vivencial da escola/aprendizagem dinâmica (áreas de circulação e estadia), que contribui para o desenvolvimento de atividades de ensino informal e para a implementação de uma cultura de aprendizagem no espaço escolar.

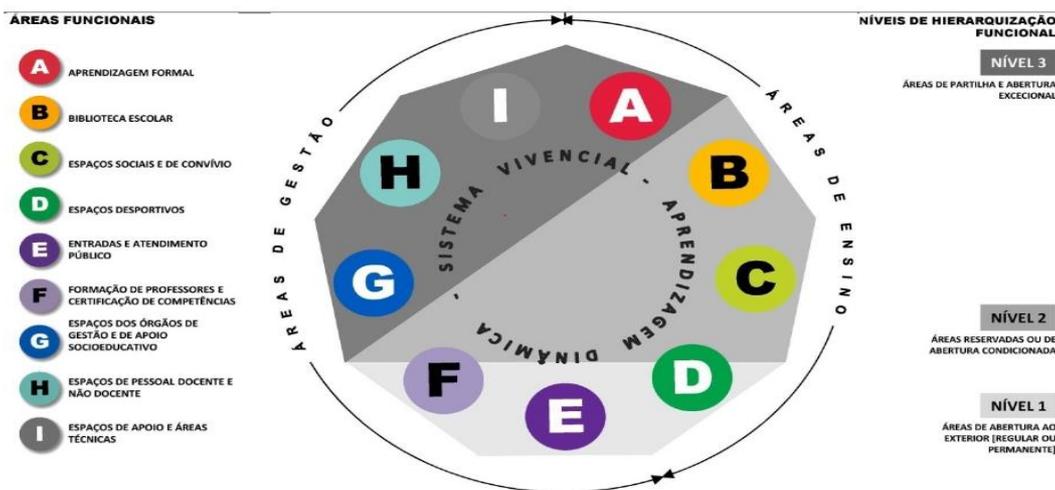


Imagem 4: Diagrama de organização entre as áreas funcionais.

NÍVEIS	UTILIZAÇÃO	ESPAÇOS	CONDIÇÕES
NÍVEL 1	Associa as áreas funcionais com possibilidade de utilização pela comunidade não exclusivamente escolar.	<u>ESPAÇOS D</u> espaços desportivos <u>ESPAÇOS E</u> entradas e atendimento geral <u>ESPAÇOS F</u> espaços de formação de professores e de certificação de competências	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso direto a partir do exterior • Condições de funcionamento no período pós-letivo ou com os restantes núcleos inativos • Condições de acesso exclusivo sem pôr em causa a segurança dos restantes espaços e núcleos
NÍVEL 2	Associa as áreas funcionais essencialmente afetas à comunidade escolar (alunos, pessoal docente e não docente), constituindo-se como uma área dinâmica não letiva	<u>ESPAÇOS B</u> biblioteca escolar <u>ESPAÇOS C</u> espaços sociais e de convívio	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso facilitado a partir do exterior • Localização em pontos centrais no sistema vivencial da escola • Organização das principais atividades de dinâmica estudantil • Articulação entre os núcleos de aprendizagem formal específicos
NÍVEL 3	Associa as áreas funcionais afetas à comunidade escolar (alunos, pessoal docente e não docente)	<u>ESPAÇOS A</u> espaços de aprendizagem formal <u>ESPAÇOS G</u> espaços de órgãos de gestão e de apoio socioeducativo <u>ESPAÇOS H</u> espaços de pessoal docente e de pessoal não docente <u>ESPAÇOS I</u> espaços de apoio e áreas técnicas	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso controlado ou restrito • Articulação em núcleos

Imagem 5: Condições gerais dos níveis de hierarquização funcional.

CONDIÇÕES FÍSICAS	CONDIÇÕES FUNCIONAIS
Garantir o prolongamento natural dos espaços interiores para o exterior.	Valorizar a confluência de percursos.
Disponer de boa iluminação natural.	Garantir boas condições de relação visual, potenciando a vigilância natural.
Garantir mobiliário adequado a: <ul style="list-style-type: none"> • estudo informal; • reunião; • exibição de conteúdos didáticos e acervos museológicos, de âmbito temporário ou permanente. 	Permitir visibilidade entre as circulações, as áreas de ensino e o exterior.
Garantir as instalações técnicas que permitam a utilização de diversos suportes tecnológicos, flexibilizando a função e o uso dos espaços.	Permitir visibilidade em altura, quando organizada em diferentes níveis.

Imagem 6: Condições físicas e funcionais dos espaços

6. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO

A Escola Secundária S. João do Estoril, inaugurada em 1968 como Liceu Nacional de Cascais, foi a primeira escola pública do ensino secundário do concelho de Cascais. É ainda hoje uma Escola de referência neste nível de escolaridade, com uma procura superior à oferta por parte dos alunos de todo o concelho. Para além do prestígio e qualidade de ensino, a proximidade da estação de comboio é também um fator a ter em conta.

Esta escola é desde 2018, a sede do Centro Qualifica na área do município de Cascais. É um centro especializado em qualificação de adultos que tem como objetivo melhorar os níveis de qualificação da população e de empregabilidade dos indivíduos, tendo como premissa fundamental a valorização das aprendizagens adquiridas pelos adultos ao longo da vida e a possibilidade efetiva de aumentarem e desenvolverem competências através da realização de formação qualificada.

A localização da Escola no espaço urbano, próximo de interfaces de transportes públicos, ferroviários e rodoviários, confere-lhe uma importância acrescida como equipamento de utilização comunitária, que ultrapassa a função educativa.

O edifício tem recebido ao longo dos tempos algumas obras de beneficiação e manutenção. Em 2018, a Câmara Municipal de Cascais financiou obras de manutenção interior (pinturas e reparação de infiltrações de coberturas) e a pintura exterior do edifício e da vedação.

Da análise realizada às atuais instalações, concluiu-se que os espaços letivos (ensino formal) são suficientes para o número de turmas que frequenta a Escola e para os currículos que a mesma oferece.

As intervenções que se preconizam para este programa são:

- Construção de espaços destinados à Aprendizagem Formal (Núcleo de Necessidades de Saúde Especiais); Biblioteca; Auditório; Atendimento Público; Espaço dos Órgãos de Gestão e Apoio Socioeducativo; Espaços de Pessoal Não Docente e Espaço de Apoio e Áreas Técnicas (conforme Programa Funcional do presente concurso);
- Construção de um Núcleo Desportivo, composto por pavilhão polidesportivo, campo desportivo exterior, sala de ginástica e espaços de apoio (conforme Programa Funcional do presente concurso);
- Requalificação do Bloco Dos Serviços Administrativos Existente (na entrada principal do edifício existente), de forma a integrar o Programa Funcional para Núcleos do Aluno e Espaços de Apoio, o Núcleo de Gestão e o Núcleo de Pessoal Docente, com beneficiação de acessibilidades neste bloco (colocação de elevador ou elevador de escada);

- Requalificação dos espaços exteriores e logradouro tendo como principais objetivos, a envolvente do novo edificado e a beneficiação da entrada principal da escola, com a criação de nova portaria e átrio coberto; deverá estar assegurada a ligação coberta e acessibilidade a pessoas com dificuldades de locomoção, entre todos os blocos edificados e a edificar (conforme Programa Funcional do presente concurso).

6.1 UTILIZAÇÃO PREVISTA

De acordo com as orientações da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares do Ministério da Educação, a nova Escola terá como orientação programática a tipologia de 44 turmas no total, num regime normal de 36 horas semanais, para receber alunos do secundário. Prevê-se no regime normal, como número máximo de alunos 1.100 alunos (25 * 44 turmas).

Deverá ainda manter-se a oferta e os serviços decorrentes do Centro Qualifica.

6.2 PROGRAMA FUNCIONAL

O Programa Funcional é organizado, de acordo com a sua qualidade e função, nos seguintes grupos de espaços:

- A. Aprendizagem Formal;
- B. Biblioteca;
- C. Auditório / Artes Performativas;
- D. Núcleo desportivo e espaço de apoio;
- E. Núcleo do aluno e espaço de apoio;
- F. Entradas e atendimento ao Público;
- G. Espaço de órgãos de gestão e apoio socioeducativo;
- H. Espaço de Pessoal docente e não docente;
- I. Espaço de apoio e áreas técnicas;

O programa funcional poderá ser otimizado em áreas que se considerem transversais aos vários espaços, e necessárias ao projeto, designadamente áreas para instalações sanitárias, instalações técnicas, entre outras, e de acordo com os regulamentos em vigor.

[ver Anexo 3 Programa Funcional \(.pdf\)](#)

6.3 ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO

A solução global de implantação deverá ter em conta todos os acessos e percursos presentes nas áreas confinantes com a área de intervenção.

6.3.1 Obra em mais do que uma fase

O projeto poderá ser articulado de modo a viabilizar uma ou mais fases de construção distintas, de acordo com o estabelecido no Anexo 3 - Programa Funcional, e de modo a garantir simultaneamente:

- autonomia funcional e formal da primeira fase de construção (fase I);
- sentido global e coerência do projeto após a construção das fases seguintes.

6.3.2 Transição direta entre instalações existentes e futuras

A solução de implantação a adotar para a nova construção deverá ter em conta a possibilidade de transição direta dos alunos e funcionários das instalações existentes para as futuras, sem necessidade de recorrer a instalações provisórias. Consequentemente, pretende-se minimizar a sobreposição entre a implantação da nova construção e a implantação do corpo edificado atual, de modo a privilegiar a continuidade do funcionamento da escola ao longo da obra.

6.3.3 Espaços existentes que poderão integrar demolições prévias à construção

Apesar das condições indicadas no nº anterior, a nova construção poderá sobrepor-se a alguns espaços existentes.

A área que funciona atualmente como estacionamento poderá fazer parte da nova área de implantação de edificado, uma vez que não será permitido o estacionamento de viaturas no logradouro da escola.

Algumas valências de gestão que neste momento funcionam junto à entrada principal da Escola (Bloco dos Serviços Administrativos Existentes), serão alvo de realocação, visto que no programa, as dimensões necessárias para estes espaços, superam as existentes. Assim, esta área deverá ser requalificada e integrar algumas das áreas previstas no programa funcional.

Está prevista a demolição do Pavilhão Desportivo existente, pois está previsto a construção de um novo Núcleo Desportivo.

ver Anexo 1.1 – Levantamento Topográfico: delimitação da área de intervenção + identificação de espaços existentes que poderão integrar demolições prévias e integrar novas valências (.dwf e .pdf)

6.3.4 Espaços existentes que poderão ser ampliados

Apesar das condições referidas no ponto 6.3.2, a escola existente poderá ser alvo de ampliação, se a estratégia de projeto assim o considerar.

[ver Anexo 1.2: Levantamento Arquitetónico Interiores: Piso 0 e Piso 1 \(.pdf\)](#)

6.3.5 Futuras intervenções em proximidade

A nascente da área de intervenção encontra-se a urbanização da Quinta da Carreira, iniciada na década de 1970, com cerca de seis hectares de terreno livre. Da antiga quinta agrícola restam ainda as alamedas de oliveiras, o pinhal manso, áreas de prados, um poço em ruínas, e muitas árvores que se desenvolveram livremente ao longo dos anos.

Está em curso um projeto para a transformação deste terreno num parque urbano, que irá valorizar, salvaguardar e integrar os valores ambientais e históricos da Quinta, integrando-os e adaptando-os a funções contemporâneas. À partida reconhece-se que a qualidade estética do local é determinada pela sua escala e presença do arvoredo adulto, que proporciona vários cenários de profundidade e diversidade, consideravelmente raros no meio urbano. Estas características serão valorizadas com a intervenção, que irá promover um exemplo de sustentabilidade e o aumento da resiliência deste território, incluindo a recuperação dos solos agrícolas, a manutenção e conservação das margens da ribeira, e a proteção do arvoredo.

Prevê-se que este seja um espaço de encontro da população e de ligação à Escola Secundária de S. João do Estoril, com uma oferta variada de equipamentos de lazer e recreio ativo, uma cafetaria com esplanada, zonas de estar, percursos de passeio ou corrida, áreas de recreio e fitness. Incluirá também uma horta, pomar e vinha comunitários. A ligação à envolvente urbana será garantida com diversos acessos e percursos pedonais de ligação, oferecendo conforto e segurança a todos.

[ver Anexo 7: Planta do Estudo Prévio da Quinta da Carreira \(.pdf\)](#)

6.3.6 Espaço *non-aedificanti* dentro da área de intervenção

A implantação da nova construção deverá atender à presença de um coletor das Águas do Tejo Atlântico, que define uma área de não-construção – ver Anexo 6.1 e 6.2 – Regulamento PDM Cascais - Condicionantes Qualificação e Infraestruturas.

6.4 NOTAS PARA A SOLUÇÃO DE ARQUITETURA

O programa funcional poderá estar distribuído em mais do que um edifício, e ser organizado em pisos sobrepostos, no máximo de três, e com a possibilidade de acessos desnivelados entre si. O Núcleo Desportivo deverá estar separado das demais áreas, como já sucede atualmente. Deverá em todo o caso ser mantido o sentido de unidade e de conjunto (se possível com ligações cobertas) e a respetiva articulação com o edificado existente.

O programa funcional destinado ao núcleo de necessidades de saúde especiais deverá preferencialmente estar disposto em piso térreo.

6.4.1 Acessos

As funções Biblioteca/Auditório e Núcleo Desportivo exigem acessos públicos autónomos e preferencialmente descontraídos.

6.4.2 Ginásio

Na solução do Núcleo Desportivo Coberto, o Pavilhão Desportivo e o Ginásio devem comunicar entre si, sendo separadas por estrutura amovível e insonorizada, por forma a transformar o Ginásio em palco, (por isso numa cota superior), e o Pavilhão em plateia, para eventos escolares ou extraescolares. Devem ser ainda previstas no Pavilhão, bancadas recolhíveis, por forma a manter o máximo uso da área útil disponível durante os períodos escolares.

6.4.3 Espaços interiores

As instalações devem respeitar as normas que regulam os espaços onde funcionam atividades educativas, e permitir boas condições de iluminação, insonorização e climatização.

Os espaços educativos e de trabalho, em particular expostos a sul, devem prever estratégias de sombreamento de modo a assegurar a boa climatização, sem pôr em causa a utilização da iluminação natural.

Deverão ser utilizados materiais que reduzam a propagação sonora e evitar grandes superfícies que ampliem o ruído nos espaços de circulação, estadia e lazer.

Deve ser privilegiada a ventilação natural e transversal das salas de aula, evitando recorrer a meios mecânicos em situações normais.

Prever a instalação de meios de produção de energia elétrica pelo menos equivalente ao consumo diário em iluminação.

6.4.4 Espaços interiores e exteriores (descobertos e cobertos) de estadia e circulação

Sempre que possível devem proporcionar-se espaços de trabalho informal, individual ou pequenos grupos, com materiais ajustados às idades dos utentes.

Da mesma forma, na área de logradouro (espaços exteriores) podem existir espaços de sombreamento (pérgulas com cobertura natural e/ou artificial) para estadia de lazer ou trabalho de lazer em pequenos grupos.

A circulação entre os diversos edifícios (caso exista mais que um corpo) deve ter, pelo menos uma cobertura.

6.4.5 Espaços destinados a atividades educativas

Os espaços dedicados às atividades educativas devem ter em consideração que as novas estratégias educativas privilegiam as metodologias de trabalho colaborativo e de grupo - em detrimento da sala de aula tradicional, assente no trabalho expositivo e individual - devendo por isso prever-se:

- Flexibilidade das salas de aprendizagem formal, sempre que possível introdução de divisórias amovíveis, que permitam diversas opções de dimensão e forma da sala, circulação interior entre as salas e acesso visual desde o espaço de circulação;
- Insonorização ou conforto acústico em consideração com as estratégias educativas que apelam mais à participação individual e em grupo, naturalmente mais ruidosas;
- Funcionalidade dos espaços e equipamentos;
- Simplicidade nas soluções construtivas e arquitetónicas;
- Elevada robustez e baixa necessidade de manutenção dos materiais;
- Conforto acústico (prioritário nos espaços de aprendizagem);
- Conforto térmico (sistemas naturais e passivos);
- Infraestruturas que permitam o uso das tecnologias digitais associadas à Educação;
- Infraestrutura de rede WiFi, acessível em todo(s) o(s) edifício(s) e no logradouro/recreio.

6.4.6 Equipamento e mobiliário

Devem ser previstos cacifos individuais para os alunos nas zonas de circulação.

O nº de cacifos a considerar terá como objetivo o reforço destes equipamentos na escola (nº de referência: 20 cacifos individuais / dimensões referência 1 cacifo: 30cm largura x 45cm altura x 50cm profundidade).

O mobiliário e equipamento dos espaços educativos devem conjugar sempre que possível as características de mobilidade, flexibilidade, durabilidade, robustez, conforto, baixa manutenção, e sustentabilidade, e que possibilitem a utilização das novas tecnologias digitais associadas à Educação.

6.4.7 Espaços exteriores e logradouro / recreio

Pretende-se dotar este estabelecimento escolar de espaços exteriores de qualidade e adaptados às necessidades sociais e educacionais da comunidade escolar, contribuindo para uma vivência escolar de excelência.

Deste modo, assinalam-se como objetivos gerais para os espaços exteriores:

- Garantir o devido enquadramento do tecido edificado, tendo em conta as suas funcionalidades e a sua relação com a envolvente, tornando o espaço mais aprazível;
- Proporcionar um espaço que fomente o convívio e a sociabilização dos alunos, criando condições para lazer, recreio e estadia no exterior, tendo em conta o bem-estar e a segurança de todos;
- Valorizar a sustentabilidade ecológica e ambiental do espaço, promovendo a vertente de educação ambiental, estimulando a preocupação com o meio ambiente e incentivando às boas práticas ambientais;
- Deverão, sempre que possível e que faça sentido na estratégia de projeto, ser propostos espaços com boas condições de permeabilidade do solo e soluções naturais de infiltração da água.
- Assegurar a diversidade de espaços, no que respeita a tipologias e usos, possibilitando a realização de várias atividades no mesmo espaço, contribuindo para a coesão social da comunidade escolar;
- Construir espaços verdes aprazíveis e úteis às atividades escolares, aumentando a qualidade de vida dos alunos mas também possibilitando a extensão das atividades letivas;
- Permitir flexibilidade para futuras alterações e mudanças.

De forma a atingir os objetivos propostos, propõe-se um espaço exterior em que a segurança e a acessibilidade sejam características fundamentais, desenhando espaços amplos com elevada visibilidade, bem iluminados e sem áreas sobranceiras. Deverá ser assegurada uma circulação simples e acessível para todos, utilizando pavimentos confortáveis e alternativas de rampas às escadas.

O espaço exterior pretende ser um prolongamento do espaço interior, da sua atividade letiva e práticas de aprendizagem (formal e informal). É importante que cada um dos espaços exteriores anexos aos edifícios seja adequadamente tratado consoante as tipologias dos espaços letivos e não letivos contíguos (salas de aula, laboratórios, oficinas, ginásio, refeitório/bar, salas de convívio, etc.), mantendo assim uma relação funcional semelhante.

As soluções para espaços verdes deverão enquadrar vários usos, como o lazer, o recreio, a estadia, áreas desportivas, áreas de enquadramento e também áreas exteriores alternativas para o desenvolvimento de projetos educativos, espaços para “aulas ao ar livre”, espaços de estudo ao ar livre ou até zonas de exposições temporárias ou permanentes. De um modo geral, as opções de projeto poderão prever as devidas adaptações do existente, orientadas para as seguintes vertentes:

- Conceção geral de espaço exterior multifuncional de desenho claro e simples, contemplando soluções ambientalmente sustentáveis;
- Conservação e manutenção do património vegetal. As árvores adultas existentes deverão ser avaliadas e criteriosamente escolhidas as opções a adotar em cada caso, preservando sempre a qualidade do estrato arbóreo. O revestimento vegetal arbustivo e herbáceo deverá ser de crescimento rápido e adaptado às condições do local. A opção de revestimento do solo através da instalação de prados permite a incorporação de uma maior diversidade de espécies resistentes à secura e ao pisoteio e menos exigentes em termos de manutenção. Deverão ser utilizadas espécies autóctones que minimizem o consumo de água e a sua manutenção, agrupadas de acordo com as suas necessidades hídricas. Será valorizado a manutenção do maior número de árvores possível e a sua boa integração nos novos contextos a propor.
- Aposta em pavimentos confortáveis que potenciem a elevada mobilidade no espaço e permitam a sua utilização por pessoas com mobilidade reduzida, apresentando elevada resistência à degradação (optar sempre que possível por materiais permeáveis);
- Revisão do equipamento e do mobiliário urbano existente, considerando que o mobiliário a aplicar deverá ser de qualidade, resistente à agressividade do meio e ao vandalismo e de fácil manutenção ou reparação;
- Adaptação dos sistemas de rega, potenciando a sua eficiência e tendo em conta a criação de circuitos independentes de abastecimento de água, devendo as soluções previstas no projeto minimizar o consumo da mesma.

6.4.8 Estacionamento Bicicletas

Deverá ser previsto estacionamento no interior para veículos de duas rodas. O número a prever deverá ser de acordo com o estipulado no PDM.

Nota: Na definição destas especificações técnicas, foi seguido o manual “Especificações Técnicas de Arquitetura para Projeto do Edifício Escolar”, Versão 2.2; fevereiro 2017.

ver Anexo 3.1 - Especificações Técnicas de Arquitetura para Projeto do Edifício Escolar

7. CONDICIONANTES

No desenvolvimento da proposta deverão ser consideradas pelos concorrentes as seguintes condicionantes:

- Viabilidade de obra em consonância com a atividade escolar no espaço existente;
- Proposta de faseamento de obra em conformidade com a estratégia de projeto e edificado existente;
- Qualificação de acessos, integrados na área de intervenção;
- Proposta de soluções de sustentabilidade mensuráveis;
- Adequação da solução projetada ao limite máximo da estimativa de custos total da obra.
- Cumprimento das áreas classificadas como 'não-construção' (condicionantes PDM);

8. CUSTO DE OBRA

As propostas apresentadas deverão adaptar-se às contingências económicas atuais, procurando aliar soluções de criatividade a soluções de custo racionalizado. O valor máximo estimado para o custo da intervenção (em estrutura edificada e requalificada) é **6.300.000,00 € (seis milhões e trezentos mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. O valor máximo estimado global, para além do custo de intervenção já referido, deverá incluir a parcela referente à requalificação dos arranjos exteriores, que não deverá ultrapassar os 10% do valor referido anteriormente, e será avaliada a viabilidade da sua execução, na segunda fase de obra, prevista neste programa.

9. ANEXOS AO PROGRAMA PRELIMINAR

O presente documento é composto pelos seguintes anexos:

Anexo 1: Levantamento Topográfico (.dwg)

Anexo 1.1: Levantamento Topográfico: delimitação da área de intervenção + identificação de espaços existentes que poderão integrar demolições prévias e integrar novas valências (.dwf e .pdf)

Anexo 1.2: Levantamento Arquitetónico Interiores: Piso 0 e Piso 1 (.pdf)

Anexo 2: Levantamento fotográfico (.jpg)

Anexo 3: Programa funcional (.pdf)

Anexo 3.1: Especificações técnicas de arquitetura para projeto do edifício escolar (.pdf)

Anexo 4: Ortofotomapa (.jpg)

Anexo 5: RUEM Cascais (.pdf)

Anexo 6: Regulamento P.D.M. Cascais (.pdf)

Anexo 6.1: Regulamento P.D.M. Cascais - Condicionantes 'Qualificação e Infraestruturas' (.dwf)

Anexo 6.2: Regulamento P.D.M. Cascais - Condicionantes 'Qualificação e Infraestruturas' (.dwg)

Anexo 7: Planta Do Estudo Prévio da Quinta da Carreira (.pdf)